

Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é exonerado, a seu pedido, do cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., com efeitos a 17 de Dezembro de 2009, o licenciado Fernando Manuel Fernandes Alves.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

202798757

Despacho n.º 1390/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Abril, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é exonerado, a seu pedido, do cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., com efeitos a 17 de Dezembro de 2009, o licenciado Pedro Miguel Magalhães Ribeiro.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

202798887

Despacho n.º 1391/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é nomeado para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ, I. P.), o licenciado André Filipe Borges Campante Ferreira, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções e evidenciada pelo respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2009.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

ANEXO**Síntese curricular****1 — Dados pessoais**

Nome: André Filipe Borges Campante Ferreira
Data de Nascimento: 16 de Junho de 1973

2 — Formação

Licenciatura em Gestão pela Faculdade de Economia do Porto (2001)

Formação Complementar:

2008 — Curso de Formação Inicial Pedagógica de formadores.

2006 — Curso de formação em Coordenação de Equipas de Vendas.

2004 — Curso de formação em sistemas de avaliação de desempenho — Deloitte.

2004 — Curso de formação em Liderança de Equipas — AEP.

2004 — Curso de formação em Auditorias Internas da Qualidade — IEQ.

2002 — Curso prático de Contabilidade e Consultadoria Empresarial — CERTFORM.

2002 — Curso de formação em e-Business — ANJE.

3 — Experiência Profissional

Desde Março 2008 — Assessor Parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Principais responsabilidades:

Assessoria para assuntos económicos, fiscais e de finanças públicas; Apoio à 5.ª Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças;

Apoio à Comissão de Inquérito sobre a situação que levou à Nacionalização do BPN.

2002-2008 — Motequi (Grupo Pinto & Cruz) — Director-Geral Principais responsabilidades:

Definição e implementação da estratégia da empresa e respectivo plano de negócios;
Elaboração e acompanhamento do orçamento anual da empresa;
Análise de risco de clientes;
Negociação com fornecedores estrangeiros;
Coordenação da equipa de vendas;
Coordenação do serviço pós-venda.

2001 — Associação Portuguesa das Industrias de Malha e Confecção

Elaboração de um Boletim Estatístico;
Elaboração de projecto para a criação de um Observatório Sectorial.

2000 — Centro Tecnológico das Indústrias de Madeira e Mobiliário

Análise estatística de base de dados;
Elaboração de estudos sectoriais.

202799372

Despacho n.º 1392/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Abril, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é exonerado, a seu pedido, do cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., com efeitos a 17 de Dezembro de 2009, o licenciado João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

202798821

Despacho n.º 1393/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Abril, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 130/2007, de 27 de Abril, é nomeado no cargo de presidente do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P. (ITIJ, I. P.), o licenciado Bruno Pinheiro de Sousa Rodrigues de Sá, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional, adequadas ao exercício das referidas funções e evidenciadas pelo respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2009.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

ANEXO**Síntese curricular****1 — Dados pessoais:**

Nome — Bruno Pinheiro de Sousa Rodrigues de Sá.
Data de nascimento -15 de Fevereiro de 1973.

2 — Habilitações literárias:

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade Moderna de Lisboa, com especialidade em Gestão Financeira.

3 — Cargos e funções:

— Subdirector-geral da Administração da Justiça, desde 2005;
— Desempenhou funções de assistente da Direcção-Geral do World Trade Center de Lisboa de 1996 a 1997;
— Assistente de contabilidade na Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, entre 1997 e 1998;
— Consultor de aplicações informáticas financeiras na Sociedade de Distribuição e Comercialização Informática, L.da, entre 1998 e 2005.

202795962

Despacho n.º 1394/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro,

e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é nomeado para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ, I. P.), o licenciado Pedro Filipe Moreira da Veiga Ferro, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções e evidenciada pelo respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2009.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

ANEXO

Síntese curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Pedro Filipe Moreira da Veiga Ferro
Data de Nascimento: 27 de Maio de 1972

2 — Formação

Licenciatura em Direito iniciada em 1990, e concluída no ano de 1995, atribuída pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Curso ministrado pelo centro de estágio da Ordem dos Advogados de Lisboa, incidindo nos aspectos práticos da profissão (duração de três meses).

Estágio na Ordem dos Advogados Portugueses (com a duração de quinze meses).

3 — Curriculum Profissional

Estágio na sede dos serviços jurídicos de uma companhia de seguros. Exercício da profissão de Advogado com escritório próprio e em colaboração com um escritório de Advogados sito em Lisboa, desde 1998 até Dezembro de 2009 (altura em que suspendeu inscrição na Ordem dos Advogados), com maior incidência nas áreas de Direito Comercial, Direito Administrativo e Direito Civil e Direito Processual Civil.

Participação, instrução e acompanhamento na qualidade de Advogado, de vários concursos públicos nomeando a título exemplificativo:

Fornecimento de elevadores e escadas rolantes para várias estações de Metropolitano.

Fornecimento de elevadores e de escadas rolantes para aeroportos.

Adjudicação de contratos de prestação de serviços consistentes em recolha de resíduos sólidos urbanos para Câmaras Municipais e Hospitais.

Fornecimento de equipamentos para construção de parques eólicos.

Experiência em acompanhamento de processo pós concurso — processo de impugnação judicial (contencioso administrativo).

Experiência em monitorização de processo de contratação pública e de concursos públicos.

202799259

Despacho n.º 1395/2010

Nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com a cessação de funções do XVII Governo Constitucional cessaram automaticamente as comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção superior do Gabinete para a Resolução de Alternativa de Litígios do Ministério da Justiça (GRAL).

Mantendo-se os pressupostos subjacentes ao despacho n.º 10065/2008, de 24 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 7 de Abril de 2008, que procedeu à nomeação do licenciado Domingos Miguel Soares Farinho para o cargo de director do Gabinete para a Resolução de Alternativa de Litígios, cargo de direcção superior de 1.º grau, justifica-se a confirmação da sua manutenção no referido cargo até ao cumprimento do triénio que se encontrava a decorrer à data da mencionada mudança de Governo.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 127/2007, de 27 de Abril, renova-se a comissão de serviço do licenciado Domingos Miguel Soares Farinho

no cargo de director do Gabinete para a Resolução de Alternativa de Litígios, cargo de direcção superior de 1.º grau, até ao termo do triénio iniciado com a nomeação efectuada pelo despacho n.º 10065/2008, de 24 de Março.

O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de Dezembro de 2009.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

202796067

Despacho n.º 1396/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é nomeado para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça (IGFIJ, I. P.) o mestre Nuno Miguel Martins Rondão Moita da Costa, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções e evidenciada pelo respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2009.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

ANEXO

Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Nuno Miguel Martins Rondão Moita da Costa;
Data de nascimento: 5 de Janeiro de 1972.

2 — Habilitações académicas:

Mestre em Gestão, pela Faculdade de Economia de Coimbra, em Dezembro de 2008;

MBA em Gestão pela Faculdade de Economia de Coimbra, em Dezembro de 2007;

Pós-graduação em Ciências Empresarias pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, concluída em Dezembro de 2000;

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, concluída em Fevereiro de 1997.

3 — Formação complementar:

Formador certificado pelo IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional;

«First certificate in english» da Universidade de Cambridge.

4 — Experiência profissional:

Desde de Abril de 2009, a desempenhar as funções de coordenador da Unidade de Gestão de Fundos Comunitários da EP — Estradas de Portugal, S. A.;

De Fevereiro de 2006 a Abril de 2009, desempenhou a função de responsável de área do Gabinete de Auditoria Interna da EP — Estradas de Portugal, S. A.;

De Abril de 2003 a Fevereiro de 2006 desempenhou a função de auditor no Gabinete de Auditoria Interna da EP — Estradas de Portugal, E. P. E (ex-IEP);

De Março de 2000 a Abril de 2003 desempenhou a função de quadro superior efectivo do ex-ICERR (Instituto de Conservação e Exploração da Rede Rodoviária);

De Setembro de 1997 a Março de 2000, desempenhou a função de técnico superior contratado da Direcção Regional do Centro do IAPMEI.

5 — Outras actividades profissionais:

Administrador não executivo da empresa pública Metro Mondego, S. A., nomeado pelo accionista Estado, desde Abril de 2007;

Professor-adjunto (equiparado) do ISCAD — Instituto Superior de Ciências da Administração (grupo Lusófona), desde Setembro de 2008.

6 — Outras actividades:

Vereador (em regime de não permanência) da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, desde Outubro de 2009;